



Cultura

Revista de História e Teoria das Ideias

Vol. 22 | 2006
Ideias políticas

Utopia

Conceito e concepção

Utopia. Concept and conception

Luís Crespo de Andrade



Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/cultura/2162>

DOI: 10.4000/cultura.2162

ISSN: 2183-2021

Editora

Centro de História da Cultura

Edição impressa

Data de publicação: 1 Janeiro 2006

Paginação: 71-83

ISBN: 0870-4546

ISSN: 0870-4546

Refêrencia eletrónica

Luís Crespo de Andrade, « Utopia », *Cultura* [Online], Vol. 22 | 2006, posto online no dia 11 novembro 2015, consultado a 01 maio 2019. URL : <http://journals.openedition.org/cultura/2162> ; DOI : 10.4000/cultura.2162

Este documento foi criado de forma automática no dia 1 Maio 2019.

© CHAM — Centro de Humanidades / Centre for the Humanities

Utopia

Conceito e concepção

Utopia. Concept and conception

Luís Crespo de Andrade

- 1 A publicação de *De optimo Reipublicae Statu, deque nova insula Utopia, libellus vere aureus, nec minus salutaris aliam festivus*, de Thomas More, em Lovaina, no final do ano de 1516,¹ está na origem de um novo género literário e de uma nova modalidade de reflexão política, que passam a combinar-se entre si de forma indissociável.
- 2 A dificuldade em classificar esta obra inaugural à luz das categorias literárias e políticas tradicionais encontra-se assinalada no próprio título, complexo e ambíguo, quando considerado no seu enunciado inicial.
- 3 Ao indicar como objecto da obra a "melhor das repúblicas" e a "nova ilha da Utopia", More cria o vínculo inusitado que passa a unir a reflexão política à criação literária.
- 4 A tentativa de determinar a melhor forma de governo, seja em termos ideais seja por via comparativa, caracteriza o pensamento político antigo, como a evocação, no *De optimo Reipublicae Statu*, de *A República* de Platão recorda.² Narrativas de viagens a lugares imaginários encontram-se igualmente na literatura clássica, por exemplo na *História verdadeira*, em que Luciano de Samosata, cujo encanto atraía os utopianos,³ conta uma hilariante ida à Lua. O ensejo de criar cidades racionais remota a legisladores célebres, designadamente a Licurgo, que Plutarco, igualmente apreciado pelos cidadãos da ilha imaginada,⁴ celebra, em obra muito divulgada (conferindo-lhe o prestígio suficiente para a Constituição Espartana ser encarada como o antecedente a que a organização utopiana daria seqüências).⁵
- 5 A novidade de *De optimo Reipublicae* consiste na síntese que a obra faz entre estes diferentes aspectos, ao tornar o seu vínculo uno e conexo, mesmo quando se supõe possível destrinçar os vários registos com que a sua trama se tece.

- 6 A simbiose indicada no título é desenvolvida num dos antetextos que acompanham a primeira edição, reproduzidos nas restantes edições publicadas enquanto More foi vivo, e ausente, por regra, nas edições posteriores.
- 7 Em sextilha intitulada a *Ilha da Utopia*, com suposta autoria de "Anémolius, poeta laureado, sobrinho de Hitlodeu pelo lado da sua irmã,⁶ mas saída, muito provavelmente, da pena de Thomas More, a novidade que torna a *De optimo Reipublicae Statu* preferível à própria *A República* de Platão é indicada e realçada:
- "Utopia, pelo meu isolamento assim chamada pelos antigos, Émula presente da cidade platónica,
Talvez excedendo-a – por o que com letras
Ela delineou, só eu o mostrei
Com homens, recursos e excelentes leis –
Eutopia, com justiça, é o nome que me é dado".⁷
- 8 A vantagem da obra de More face à *República* de Platão residiria, à luz deste poema, na síntese do conceptual com o concreto, na medida em que o futuro chanceler inglês conferiria realidade existencial ao que o filósofo ateniense expusera dentro dos limites do discurso teórico.
- 9 A narrativa revelaria a vida quotidiana da boa cidade e demonstraria, ao mesmo tempo, os seus fundamentos.
- 10 É, certamente, esta dupla condição que legitima, aos olhos do autor, a qualificação da obra, na própria folha de rosto, como "libellus vere aureus, nec minus salutaris quam festivus".
- 11 Por um lado, o tema seria de grande relevância na análise da condição humana, pois só a boa disposição da vida pública poderia proporcionar uma existência conforme aos fins que se postulam para os homens. Por outro lado, a narrativa juntaria o salutar ao agradável, ao permitir uma leitura acessível e envolvente, seja do ponto de vista da satisfação racional seja por despertar sentimentos e aspirações elevados.
- 12 Nada indica melhor a natureza literária da obra do que o nome que Thomas More inventa para a nova ilha que Rafael Hitlodeu, o marinheiro-filósofo português, descreve.
- 13 Como se sabe, o prefixo "u", indica uma negação, mas não uma ausência. O novo vocábulo designa um "inlugar", um lugar que é um não-lugar. Ora, o lugar do não-lugar é, em primeira linha, um lugar de natureza ficcional. A realidade da ilha não é física, mas literária. Na vintena de vocábulos, com raiz etimológica grega, que o humanista inglês cria ao longo da narrativa é possível ver tantas outras chamadas de atenção para a inventiva da narrativa, num efeito de denúncia da sua própria condição. O nome de Rafael Hitlodeu, o narrador, evoca simultaneamente o arcanjo Rafael, que curou Tobias da cegueira, e, de, forma aparentemente paradoxal, a prosápia do bem-falante, presente nos étimos clássicos do apelido. Amaurote – designada Mentirano, na primeira edição – é a capital da ilha da Utopia, um cidade obscura, semelhante a uma miragem, governada por um Ademo, magistrado «sem-povo», e atravessada pelo rio Anidro, transparentemente, o rio «sem-água».⁸
- 14 Mas esta construção de uma realidade, que de si própria se distancia ao denunciar a sua condição imaginária, não seria arbitrária. Daria, pelo contrário, expressão concreta às aspirações de justiça e de humanidade, sentidas pela generalidade dos homens. Conferiria conteúdo ético-político e forma institucional à sociedade conforme à razão e ao são desejo humanos.

- 15 Neste jogo vocabular, a utopia seria também "eutopia", ainda que a presença explícita deste termo se encontre unicamente na sestilha transcrita.
- 16 Não se trata de um projecto político nem de uma realidade perspectivada pelo lado da sua eventual tangibilidade. A fala final em que o narrador, que Thomas More identifica consigo através de episódios de fundo autobiográfico, comenta o discurso de Hitlodeu é a este respeito clara: "é-me fácil confessar que, na República dos Utopianos, existe um grande número de disposições que desejaria ver nas nossas cidades; em minha opinião, seria mais verdadeiro desejá-lo do que esperá-lo."⁹
- 17 Se a leitura programática parece, pois, deslocada, a leitura alegórica, ao ver na obra simplesmente um sentido edificante, resultante do confronto entre o mundo quotidiano e uma realidade exemplar, afigura-se parcelar e redutora.
- 18 Enquanto expressão do imaginário simultaneamente racional e social, a utopia é uma ideia-imagem, para utilizarmos a expressão de Bronislaw Baczko,¹⁰ à semelhança de algumas outras representações correntes, como a de Paraíso ou, mais tarde, a das ilhas dos mares do Sul, em que a representação sensível e a construção conceptual se complementam reciprocamente.
- 19 Este conceito ambíguo, resistente à apreciação através das categorias filosóficas e literárias correntes, consubstancia uma modalidade de abordagem dos fenómenos políticos e sociais, que interroga e analisa segundo uma inteligibilidade específica.
- 20 Para a captar, basta considerar a organização da obra de More, dividida em dois livros: o primeiro sobre a vida política do seu tempo, que tornara as ovelhas mais ferozes do que os lobos, e o segundo constituído pela narrativa em que Hitlodeu dá conhecer a "República santa que mesmo os cristãos deviam imitar"¹¹ (apesar de os seus habitantes desconhecerem a Boa-Nova cristã).
- 21 A distância entre estes dois mundos diametralmente opostos é incomensurável. Tão fundo é o hiato, literal e figurativo, que separa a Inglaterra e a restante Europa da Ilha da Utopia, situada muito para além do ponto mais afastado dos oceanos que o homem atingira, exactamente aquele que Vespúcio descreve no muito célebre *Quatuor Americi Vespuccii navigationes*, publicado em 1507, e que More escolhe como ponto de partida de Rafael Hitlodeu para o novíssimo mundo.
- 22 Esta oposição, sem meio-termo viável, pois o filósofo encontrar-se-ia excluído da cidade e a via oblíqua dos compromissos reformistas estaria afastada,¹² separa irremediavelmente a ordem social existente da que seria justa e desejável.
- 23 Este desencontro contém, em si, um duplo sentido. Por um lado, confere à utopia o significado corrente de um devaneio irrealista. Por outro lado, transfere o âmbito da reflexão política para o domínio da ordem social que proporcionaria a satisfação dos anseios humanos tidos por mais substanciais.
- 24 A inteligibilidade política utópica, cujo sentido assim se esboça, resulta de duas grandes interrogações que determinam os pressupostos e o teor gerais das suas formulações.
- 25 Pretende, por um lado, esclarecer a forma e o conteúdo da sociedade feita à medida da satisfação da condição humana, isto é, definir os contornos institucionais e sociais que possibilitariam que cada indivíduo cultivasse frutuosamente os atributos de humanidade que lhe seriam próprios.
- 26 Levanta, por outro lado, a questão, ainda que implícita, de saber o que impede o homem, que tudo tende a ordenar e a transformar à sua medida, de agir racionalmente no

domínio que lhe é mais importante, isto é, naquele que lhe proporcionaria o seu bem-estar mais profundo, já que os homens não estenderam a sua vontade e poder à criação de uma ordem social justa, a única que favoreceria e permitiria alcançar os seus anseios mais intensos.

- 27 Estas interrogações conduzem a que a reflexão sobre a organização política e social se veja colocada no domínio do dever-ser político, no foro do fundamento e da figuração da sociedade justa.
- 28 Neste aspecto central, a abordagem de Thomas More contrasta manifestamente com a de Maquiavel, que redige *O Príncipe* exactamente na mesma época, já que o pensador florentino, ao se ocupar da realidade política tal como esta se apresenta a quem governa, confina o objecto do saber político ao mundo do primeiro livro da *Utopia*, recusando o percurso que conduza ao confronto com uma qualquer cidade idealizada.
- 29 Sendo assim, a modalidade de reflexão política utópica distingue-se, antes de mais, pela alteridade radical.
- 30 Trata-se de conceber uma nova realidade política, antitética da existente. Um novo mundo, não só por a ilha ter a forma premonitória de quarto crescente, mas também por a sua criação, resultante do corte do istmo que a ligava a outras paragens, ser a primeira obra dos utopianos.¹³ Um novo homem, na medida em que se "eleva uma horda grosseira e selvagem ao grau de civilização e cultura que a coloca acima de quase todos os outros povos".¹⁴ Uma nova comunidade, com instituições justas e democráticas. Uma nova e definitiva era, sem história nem alternativa, pois a ordem criada por Utopus é definitiva, como é próprio de qualquer legislação ideal.¹⁵
- 31 A Utopia faz tábua rasa do passado. Assenta no pressuposto de que o mundo injusto comporta uma inércia inultrapassável, enquanto a irrupção dos homens numa ordem social justa leva-os a reproduzi-la, na medida em que reconhecem a bondade das instituições.
- 32 A cidade nova é naturalmente a cidade racional: ordena o espaço, fazendo que aquele que tenha visto uma das vastas e magníficas cidades conheça as cinquenta e três restantes;¹⁶ reforma os costumes, ao eliminar a propriedade e prevenir a vaidade;¹⁷ regulamenta o quotidiano, quando dispõe sobre a actividade própria de cada hora.¹⁸
- 33 Porém, o essencial da sua racionalidade manifesta-se na definição da finalidade que a nova ordem social visaria: fazer com que cada um despenda o mínimo de horas "com as servidões do corpo, a fim de permitir a todos os cidadãos consagrá-las à liberdade da alma e à cultura do espírito (...) em que residiria (...) a felicidade da existência".¹⁹
- 34 A generalidade dos utopianos dedicava, aliás, as primeiras quatro horas de cada manhã ao estudo, frequentando conferências públicas.²⁰
- 35 A cidade racional – distinta do milenarismo porque alheia a qualquer revelação ou profecia – é-o exactamente porque dispõe as suas instituições de modo a tomar o homem como fim, ao possibilitar a cada um e a todos as condições mais propícias para cumprir as tarefas imputadas à humanidade que lhes seria intrínseca.
- 36 Envolve, naturalmente, uma representação optimista da condição humana. As percepções do homem como ser sofredor que expia uma falta insanável em vida, como lobo do seu semelhante, ou, mesmo, como madeiro irremediavelmente torto encontram-se excluídas, pois revelam-se incompatíveis com a possibilidade de conceber a boa comunidade. O homem é visto, ao invés, como salvação e consolo do próprio homem: "é necessário

glorificar sob o título de humanidade – escreve More – o facto de que o homem é para o homem salvação e consolo, porque é essencialmente 'humano' – e não há nenhuma virtude que seja mais própria do homem do que esta – de suavizar tanto quanto possível as dores dos outros, de fazer esquecer a tristeza, de trazer o gosto de viver, isto é, prazer".

21

- 37 Trata-se, assim, de uma cidade solar, como Tommaso Campanella lhe chamará nos primeiros anos do século XVII, de tal modo a razão, alheia a qualquer sombra, se revelaria capaz de conferir forma e conteúdo ao desejo de criar um mundo à escala dos homens.
- 38 Se perspectivarmos a literatura e o pensamento utópicos como representações idealizadas da organização política, expressas na concepção de sociedades racionais e justas, que se instituem a si mesmas na obediência estrita a imperativos ético-políticos, nomeadamente os decorrentes das finalidades imputadas à condição humana, aproximamo-nos de um conceito em que a utopia se define como modalidade peculiar de reflexão e de desenho da cidade, abrangendo um leque amplo e diversificado de discursos e imaginários sociais, da simples ficção à aplicação da lei revolucionária.
- 39 Esta aproximação, de fundo conceptual e analítico, sobre uma modalidade particular do pensamento político não faz esquecer que também as cidades ideais são históricas (e, nesse sentido, o reverso da ausência de mudança que caracterizaria a ilha da Utopia).
- 40 A liberdade de espírito que se manifesta na crítica severa às instituições inglesas e dos restantes reinos da cristandade, explícita no primeiro livro, estende-se a toda obra, num jogo irónico e contundente de contrastes. A circunstância de a ilha ter cinquenta e quatro cidades e a Inglaterra ter Londres mais cinquenta e três condados, ou de Amaurote, a capital, se distinguir por uma ponte emblemática são algumas das referências em que se apela ao leitor para confrontar dois mundos colocados em paralelo. A transferência da crítica para local remoto ou a simples demonstração de que o possível excede em muito o existente são artifícios proporcionados pelo género com óbvia intervenção na vida colectiva próxima.
- 41 O próprio imaginário utópico surge inscrito no imaginário muito mais vasto que envolve a descoberta de novos mares, de novas terras e de novas gentes. Como se sabe, não só as cartografias míticas, clássica e cristã, com as suas sereias e o próprio Paraíso Terrestre, não se encontravam excluídas dos mapas por que estes mareantes se guiavam, como também os relatos destes últimos, testemunhos empíricos lidos com a avidez própria de quem se vê confrontado com seres desconhecidos, serviam-lhe de confirmação, reflectindo muitas vezes mais as expectativas prévias do que o rigor posto na observação que se documentava. O imaginário utópico prolonga e recria a verosimilhança fantástica e maravilhosa dos oceanos e dos mundos desconhecidos.
- 42 Já o quotidiano da vida entre os utopianos encontra a sua inspiração na vida conventual. More conhecia-a bem, pois fora familiar na Cartuxa, em Londres. A ausência de propriedade privada, a uniformidade no vestuário, a partilha das refeições, a divisão das tarefas colectivas e a sucessão das diferentes actividades ao longo do dia – das quatro horas matinais de estudo às oito nocturnas previstas para o sono – exemplificam-no, ao revelarem afinidades claras com as regras conventuais, mormente com a regra beneditina.
- 43 O interesse pelos textos antigos manifestado pelos utopianos, já referido a propósito de obras de Luciano de Samosata e de Plutarco, presente igualmente no empenho colocado na aprendizagem do grego,²² bem como na simpatia manifestada pelo exemplo da vida de

Cristo com os apóstolos,²³ são convergentes com o retorno às fontes, clássicas e bíblicas, que rompe com os critérios de autoridade e de transmissão tradicionais, próprios da erudição e do empenho dos autores humanistas.

- 44 Em limite, a própria ilha da Utopia pode ser legitimamente interpretada como a projecção, à escala de um país, dos grandes desígnios da República das Letras, mormente os do cultivo do espírito e da amizade, qualidades maiores, realçadas, desde as primeiras páginas, na caracterização de Pierre Gilles²⁴ (anfitrião a quem More dedica a primeira edição). Na origem do interesse que os utopianos dedicavam ao estudo das letras e do empenho colocado no consolo do semelhante, em que o ideal de utopiano de felicidade se exprime, encontram-se as grandes finalidades e as motivações do ideário humanista.
- 45 Assim considerada, a Utopia apresenta-se como encenação política e social que proporcionaria o melhor contexto para a efectivação, individual e generalizada, de um conjunto particular de postulados acerca da consumação do humano nos homens, pois é na perspectiva de concerto auspicioso entre os fins imputáveis à natureza humana e as condições concretas de vida dos indivíduos que os fundamentos da cidade desejável se alicerçam.
- 46 No seu sentido geral, a melhor república representa uma hipóstase política e social da concepção humanista da humanidade.
- 47 A distinção analítica entre a modalidade utópica de inteligibilidade política e o ideário histórico de que cada utopia é o expoente apresenta ainda a vantagem de permitir relacionar o discurso utópico moderno com o contemporâneo, ao evitar que os diferentes registos em que a reflexão sobre a melhor comunidade se expõe sejam compreendidos como constituindo realidades dissemelhantes (ou mesmo opostas entre si). Desde logo, contraditórias nos termos, na medida em que a pretensão de implantar uma república que seria – à luz de um entendimento que se confine ao significado inicial da sua designação – um simples produto da imaginação, representaria um desígnio insano e um empreendimento quimérico.
- 48 A inclusão num mesmo olhar da literatura utópica, tal como surge nos tempos modernos, e do discurso utópico, tal como se afirma no século XVIII, é, a vários títulos, relevante.
- 49 Permite, em primeiro lugar, relacionar, à luz de uma mesma aproximação, duas épocas "quentes" na história do pensamento utópico, em que as "utopias florescem, onde a imaginação utópica toma as formas mais diversas da actividade intelectual, política, literária, época em que as linhas de força divergentes parecem encontrar o seu ponto de convergência na produção de representações utópicas".²⁵
- 50 Possibilita, em segundo lugar, captar, na origem, alguns dos principais modelos de reflexão sobre a forma de governo idealizada e do imaginário que necessariamente a acompanha.
- 51 A própria Fortuna encarregou-se de combinar a transição do modelo da narrativa utópica moderna para o modelo do discurso que apresenta a cidade nova como projecto doutrinário, assim como para a própria acção revolucionária que visa alcançá-la, numa sucessão de momentos sequenciais.
- 52 O *Code de la nature ou le véritable esprit de ses lois de tout le temps negligé ou méconnu*, de Morelly, editado em 1755, simboliza esta passagem.
- 53 Nesta obra, o autor, relativamente obscuro, fundamenta, de forma sistemática, os pressupostos a partir dos quais elaborara a narrativa que intitulara *Naufrage des îles*

flottantes ou basiliade du célèbre Pilpai, ficção em que canta "o reino aprazível da Verdade e da Natureza, estabelecido definitivamente para um povo afortunado."²⁶

- 54 Recorre, nesta resposta àqueles que criticaram o poema, quer à argumentação doutrinária, quer à enunciação da legislação que lhe conferiria à narrativa verosimilhança, crente de que uma moral conforme à "afeição beneficente" e ao "desenvolvimento da razão" imporia "o espírito e os motivos da sociabilidade, uma indústria, uma previsão unânime, enfim, todas as ideias directa ou indirectamente respeitantes à felicidade comum".²⁷
- 55 A doutrina então exposta, inicialmente atribuída a Diderot, converteu-se, poucas décadas volvidas, em fundamento da acção política revolucionária, sendo apresentada por Graccus Babeuf e por aqueles que com ele se conjuraram como contendo os fundamentos ideários que perseguiam.²⁸
- 56 Ao compartilhar o optimismo racionalista da época, Morelly é levado a supor que o seu *Código* enuncia leis similares às das ciências naturais, revelando como o prestígio próprio do conhecimento científico, tido como razão definitiva, tendia a fazer que este se sobrepusesse aos saberes anteriores, designadamente à cultura de teor literário.
- 57 A par da compreensão da mecânica celeste e de outros saberes deslumbrantes, o saber científico facultaria o conhecimento necessário para os homens atingirem a "felicidade comum", convertida ao longo do século XVIII, de acordo Paul Hazard, não só num direito mas também num dever.²⁹
- 58 Ainda que o discurso utópico se apresente como doutrinário, as figurações, explícitas e implícitas, da cidade prometida nunca deixam de definir o fundo em que se inscreve, pois a evocação da prodigalidade das graças naturais e humanas é, ao longo do texto, tão permanente quanto os sentimentos e as emoções de agrado que despertaria seriam inevitáveis.
- 59 Reúne-se-lhe, aliás, um outro imaginário poderoso: o imaginário revolucionário.
- 60 Uma nova era estaria de tal modo ao alcance do homem que a criação épica de uma república feita à medida das aspirações e da vontade gerais passa à ordem do dia.
- 61 A convergência entre o discurso utópico e o imaginário revolucionário radica, antes de mais, na oposição comum entre o existente e o desejável, concebidos como duas realidades entre si opostas. Em ambos, a reforma da ordem em vigor é uma hipótese excluída. A escolha recai sobre o radicalmente novo, o que supõe a ruptura entre dois mundos, seja literária e reflexiva, seja doutrinária e política.
- 62 Neste quadro, o discurso revolucionário confere ao discurso utópico a dimensão activa de um projecto político que se concebe a si como emancipador, ou seja, capaz de vencer o artifício individual e colectivo, de estabelecer uma ordem conforme ao código natural, de assegurar as condições efectivas da autonomia pessoal e da autodeterminação política e social.
- 63 A representação do novo mundo transfere-se, então, dos lugares isolados e remotos dos arquipélagos utópicos para os tempos por vir.
- 64 O próprio regresso à ordem natural proposto por Morelly supõe a superioridade do presente, e do futuro prognosticado, relativamente ao passado, pelo menos, ao passado próximo, na exacta medida em que o retorno ao mundo natural passa a obedecer à compreensão das leis que lhe são imputadas, ao deixar de consistir numa vivência inocente, sujeita à corrupção, e constituir urna escolha esclarecida.³⁰

- 65 Porém, a deslocação do discurso utópico para o futuro – a ucronia – ocorre um pouco mais tarde, com a publicação de *L'An deux mine quatre cent quarante. Rêve s'il en fut jamais*, de Louis Sébastien Mercier, no ano de 1771. A frase de Leibniz que Mercier escolhe para epígrafe desta edição – "o tempo está carregado de futuro"³¹ – indicia inequivocamente que a percepção do tempo passa a assentar numa expectativa positiva do devir.
- 66 Além de ser contemporânea do fim das viagens e dos relatos marítimos a destinos desconhecidos, o que diminui decisivamente a possibilidade de adicionar, na Terra, novos lugares maravilhosos ou fantásticos, a transferência do imaginário utópico para o porvir é uma das expressões mais relevantes da afirmação da ideia de progresso como chave de compreensão do trajecto humano.
- 67 Ao ser apresentado como resultado da evolução linear, ainda que irregular no seu decurso, do conjunto do evolução da humanidade, o futuro, visto à luz da ideia de progresso, surge necessariamente como a promessa ou, mesmo, como a profecia de uma nova e feliz idade do mundo.
- 68 De Voltaire a Condorcet, a história, dita universal, passa a surgir como o registo dos avanços cumulativos do espírito humano, presente nos diferentes domínios em que a cultura e a acção humanas se fazem sentir.
- 69 Nesta visão geral dos tempos, ainda que o presente surja como clímax do evoluir histórico, seja a propósito de Luís XIV seja a propósito da Revolução Francesa, o foco que lhe confere sentido está colocado adiante, corno se todos os acontecimentos humanos nele convergissem e só à sua luz ganhassem, de forma retrospectiva, pleno sentido.
- 70 O *Esquisse d'un tableau historique des progrès de l'esprit humain*, que Condorcet escreve nos meses anteriores à sua morte, em 1794, é, a este respeito, representativo e significativo.
- 71 Representativo, já que Condorcet é classificado, por autores de diferentes orientações, como o último dos *philosophes*, ao mesmo tempo que a sua obra derradeira é vista como a súpula do iluminismo francês.³²
- 72 Significativo, na medida em que a décima e última época do *Esquisse...* tem os "progressos futuros do espírito humano" por objecto,³³ não no âmbito próprio da construção literária, como se verificara com *L'an deux mille quatre cent quarante*, de Mercier, muito menos no domínio do vislumbre profético, mas nos termos de uma antevisão filosófica e política, assente em legitimidade semelhante à da previsão científica.
- 73 O capítulo inicia-se exactamente com o esclarecer desta pretensão: "se o homem pode predizer, com quase inteira segurança, os fenómenos de que conhece as leis (...) que nos leva a olhar como empreendimento quimérico a tentativa de traçar com verosimilhança o quadro dos destinos futuros da espécie humana, de acordo com os resultados da sua história?"³⁴
- 74 Partindo de uma resposta positiva a esta interrogação, de fundo retórico, Condorcet esclarece, de seguida, que "as nossas esperanças sobre o estado futuro da espécie humana podem reduzir-se a três pontos importantes: a destruição da desigualdade entre as nações; os progressos da igualdade num mesmo povo, enfim o aperfeiçoamento real do homem".
- 75 Tudo se encaminharia para que chegasse o tempo em que "o Sol não iluminaria, na Terra, senão homens livres, que não reconheceriam outro senhor para além da sua razão",³⁵ época em que o aperfeiçoamento da espécie levaria os homens a "abraçar tudo o que interessa verdadeiramente à sua felicidade".³⁶

- 76 Como se faz depender o sentido da história da perfectibilidade humana e esta é concebida como indefinida, entre os progressos futuros dos homens não se encontra a determinação de um quadro preciso de fins últimos, mas tão-só a conquista progressiva da racionalidade, da liberdade, da igualdade por parte de cada um e da comunidade como um todo.
- 77 O aspecto que sobressai neste discurso utópico que pretende descrever a dinâmica que presidiria ao evoluir histórico é o de que o dever-ser se encontra inscrito no próprio ser como necessidade, na medida em que a sua figuração surge como a meta para que a disposição que rege o percurso temporal da humanidade se encaminha.
- 78 Como a história é feita pelos homens, ou melhor, pelas suas respostas ao vocativo para o aperfeiçoamento, não há futuro alheio aos projectos e à vontade dos próprios, ainda que seja claro que a revelação do sentido da história, pela qual a espécie ganha consciência de si, constitua um poderoso incentivo na ascensão da humanidade a patamares futuros".³⁷
- 79 As realizações da revolução vitoriosa, no passado recente, a instrução pública universal e laica, em projecto e debate,³⁸ o combate a favor da ordem republicana, que daria lugar à constituição de uma comunidade de cidadãos livres e iguais, mostrariam que o vão que vai do existente ao necessário é constituído por um intervalo que a acção humana depressa poderia vencer.
- 80 As expectativas que a visão conjunta da história legitimaria são muito variadas e sugestivas, seja pelos seus resultados seja pela dinâmica que lhe preside. Anuncia-se a maioria individual e colectiva".³⁹ Sugere-se que a atribuição de cargos dependerá unicamente do mérito.⁴⁰ Supõe-se que a propagação do saber criará uma opinião pública esclarecida, capaz de fazer prevalecer o interesse comum.⁴¹ Afirma-se que "os progressos da virtude acompanham sempre os das luzes."⁴² Acredita-se que: "o amor ao bem geral e mesmo a coragem para se lhe dedicar é, por assim dizer, o estado do homem esclarecido".⁴³
- 81 Como a "natureza não colocou qualquer limite às nossas esperanças",⁴⁴ toda a expectativa resultante de aperfeiçoamento humano torna-se razoável: "o grau de virtude a que, um dia, o homem pode chegar – escreve Condorcet, em texto evocativo da *Nova Atlântida*, de Francis Bacon – é-nos tão inconcebível quanto aquele a que a força do génio pode ser conduzida".⁴⁵
- 82 Todas as imagens em que as aspirações tidas por legítimas se tinham vertido passam a surgir, no espírito festivo e refundador revolucionário, como possibilidades plausíveis. O seu brilho faz cintilar o fulgor audaz dos discursos, o ânimo épico dos combatentes, as bandeiras intrépidas das barricadas.
- 83 Ainda que as obras referidas de More, Morelly, Mercier e Condorcet constituam marcos paradigmáticos na história da literatura utópica correntemente aceites, os sentidos do discurso utópico, ao longo do período considerado, excedem em muito o teor das suas páginas.
- 84 A ambiguidade do conceito e a complexidade do género criado por More proporcionam a polissemia e a plasticidade, dando lugar a manifestações muito distintas entre si, desde o simples jogo literário, à congeminação arquitectónica e urbana ou ao devaneio nostálgico em que mundos áureos e vivências perdidas são preservados da usura do tempo.
- 85 As próprias regras canónicas das disciplinas e dos géneros conhecem, neste processo, metamorfoses significativas: a narrativa pode primar pela ausência de personagens e de

enredo, a reflexão ter a escassez de argumentos teóricos como atributo, a imagética restringir-se à sugestão, resultante da evocação genérica do acervo geral das figuras pelas quais o desejo de bem-estar comum se deixou, ao longo dos séculos, representar.

- 86 Porém, a diversidade e a peculiaridade de manifestações não retiram pertinência à apreciação da literatura utópica como modalidade de inteligibilidade política, já que cada criador de uma nova cidade não pode deixar de retomar, a seu modo, os problemas inerentes ao cumprimento da tarefa que Utopus dera por concluída.

NOTES

1. Seguimos a terceira edição – em que Thomas More altera e corrige alguns aspectos das duas primeiras edições, publicada em Basileia, em Novembro de 1518.
2. A evocação de *A República*, implícita ou explícita, repete-se ao longo da obra, como a sestilha, o estatuto de marinheiro-filósofo do narrador e o tema do relacionamento entre o filósofo e o monarca, adiante referidos, documentam.
3. *Utopia*, p. 117.
4. *Ibidem*.
5. A ilha da Utopia remontaria, segundo os anais que conservaria, a mil setecentos e sessenta anos atrás (*Utopia*, p. 77). Feitas as contas e supondo que a obra foi escrita em 1515, a ilha teria sido criada em 245 a. C., ano em que Agis IV tentou, sem sucesso, restabelecer a constituição de Licurgo em Esparta (cf. André Prévost, *L'Utopie de Thomas More*, Paris, Editions Mame, 1979, p. 677). A escolha da data da derradeira tentativa de repor a civilização espartana é, obviamente, simbólica. O seu significado transitara para a ilha a que Hitlodeu aportou.
6. *Utopia*, p.11.
7. *Ibidem*.
8. Cf. *Utopia*, pp. 74,75,84.
9. *Ibidem*, p. 162.
10. Cf. Bronislaw Baczko, *Les imaginaires sociaux. Mémoires et espoirs collectifs*, Paris, Payot, 1984, p. 109.
11. *Ibidem*, p. 94.
12. Vide *ibidem*, pp. 53 e ss.
13. Cf. *Utopia*, p. 71.
14. *Ibidem*.
15. Cf. *ibidem*, p. 86.
16. Cf. *ibidem*, p. 72.
17. Cf. *ibidem*, p. 76.
18. Cf. *ibidem*, p. 80.
19. *Ibidem*, p. 81.
20. Cf. *ibidem*, p. 81.
21. *Ibidem*, p. 104.
22. *Ibidem*, p. 116.
23. *Ibidem*, p. 142.
24. *Ibidem*, p. 26.
25. Bronislaw Baczko, *Lumières de l'utopie*, Paris, Payot, 1978, p. 19.

26. Morelly, *Naufrage des îles flottantes ou basiliade du célèbre Pilpai*, Messina, Par une Société de Libraires, 1753, p. 1.
27. Morelly, *Code de la nature ou le véritable esprit des lois de tout le temps négligé ou méconnu*, Partout chez le vrai sage, 1755, p. 22.
28. Charles Rihs, *Les philosophes utopistes. Le mythe de la cité communautaire en France au XVIII^e siècle*, Paris, Marcel Rivière, 1970, p. 184; Jean-Jacques Chevalier, *Histoire de la pensée politique*, Paris, Payot, 1993, pp. 825 e ss.
29. Cf. Paul Hazard, *Crise da consciência europeia*, Lisboa, Edições Cosmos, 1948, p. 227 e ss, e *O pensamento europeu do século XVIII*, Lisboa, Editorial Presença, 1989, p. 24.
30. A sugestão é insinuada pelo próprio Morelly: "quase todos os povos tiveram e têm ainda uma idade do ouro, que seria verdadeiramente aquela em que reinou entre os homens a perfeita sociabilidade de que desenvolvi as leis. Talvez essa primeira inocência tenha sido praticada durante séculos sem reflexão e, conseqüentemente, sujeita a corromper-se" (Morelly, *Code de la nature...*, p. 141). Face ao exposto, a conclusão de Charles Rihs parece óbvia: "Morelly (...) coloca a nova idade do ouro à nossa frente. Seria um estado de Natureza no qual o homem teria atingido plenamente a consciência do seu destino universal (Charles Rihs, *op. cit.*, p. 171).
31. Louis Sébastien Mercier, *L'an deux mille quatre cent quarante*, Bordéus, Éditions Ducros, 1971, p. 3.
32. Louis Bonald classificou o *Esquisse...* como "a última produção da filosofia no processo que instaurou à sociedade" (Louis Bonald, *Oeuvres complètes*, Paris, Migne, 1859, p. 721), Jean Jaurès referiu-se a Condorcet como sendo o "nobre herdeiro da filosofia do século XVIII" (Jean Jaurès, *História socialista*, Lisboa, Antiga Casa Bertrand – João Bastos, livreiro-editor, 1901, v. II, p. 394), enquanto Alexandre Koyré diz-nos que Condorcet não inovou e que o seu papel foi o de "ordenar, de sintetizar, de sistematizar e de conduzir à sua conclusão lógica as concepções do seu tempo" (Alexandre Koyré, *Etudes d'histoire de la pensée philosophique*, Paris, Éditions Gallimard, 1981, p. 112).
33. Condorcet, *Esquisse d'un tableau historique des progrès de l'esprit humain*, Paris, Flammarion, 1988, p. 285.
34. *Ibidem*. A analogia assenta na convicção de que o objecto da história é susceptível de ser conhecido de forma semelhante aos objectos das ciências naturais, como da interrogação, igualmente retórica, que segue o texto acima transcrito: "o único fundamento da crença nas ciências naturais é a ideia de que leis gerais, conhecidas ou ignoradas, que regulam os fenómenos do universo, são necessárias e constantes; e por que razão este princípio seria menos verdadeiro para o desenvolvimento das faculdades intelectuais e morais do homem do que para as outras operações da natureza?" (Condorcet, *ibidem*).
35. *Ibidem*, p. 271.
36. *Ibidem*, p. 277.
37. Cf. *ibidem*, p. 89.
38. Condorcet é o autor de um projecto de instrução pública, apresentado na Convenção, bem como de *Cinq mémoires sur l'instruction publique*, publicadas em 1791.
39. "Os homens – escreve Condorcet – aproximar-se-ão deste estado em que todos terão as luzes necessárias para se conduzirem segundo a própria razão nos negócios comuns da vida e para a manterem isenta de preconceitos" (Condorcet, *Esquisse...*, p. 266).
40. "Os povos livres – escreve Condorcet – não conhecem outros motivos de distinção nas suas escolhas além dos talentos e das virtudes" (Condorcet citado por Catherine Kintzler, *Condorcet, l'instruction publique et la naissance du citoyen*, Paris, Le Sycomore, 1984, p. 223).
41. *Esquisse...*, p. 275.
42. *Ibidem*, p. 137.
43. Condorcet citado por Frank Alengry, *Condorcet, guide de la révolution française*, Genebra, Slatkine Reprints, 1971, p. 754.

44. *Esquisse*, p. 267.

45. *Ibidem*, p. 323.

ABSTRACTS

A publicação de *De optimo Reipublicae Statu, deque nova insula Utopia*, de Thomas More, no final de 1516, está na origem de uma nova modalidade de discurso político. Ao unir a representação racional e a descrição imaginária da comunidade desejável de forma indissociável, a construção utópica releva tanto do foro filosófico quanto do âmbito da elaboração sensível. Pretende-se, em primeiro lugar, caracterizar o conceito de utopia, tal como resulta da narrativa fundadora do género, lida à luz dos seus principais pressupostos. Visa-se, de seguida, captar o olhar sobre a reflexão antiga acerca da cidade racional que More desenvolve. Tenta-se, por fim, confrontar o conceito moderno de utopia com o discurso utópico contemporâneo, tal como surge na segunda metade do século XVIII.

The printing of *De optimo Reipublicae Statu, deque nova insula Utopia*, by Thomas More, in late 1516, is at the origin of a new form of political discourse. By irrevocably uniting the rational representation and the imaginary description of the desired community, the utopian construction stems as much from the philosophical field as from the scope of sensible elaboration. Our first goal is to characterize the concept of utopia, such as it is presented in the founding narrative of the genre, under the light of its most important premises. Next, we attempt to capture a view of the ancient reflection on the rational city developed by More. Finally, we try to confront the modern concept of utopia with the contemporary utopian discourse, such as can be found in the second half of the 18th century.

INDEX

Keywords: utopia, Thomas More, humanism, revolutionary thought

Palavras-chave: humanismo, pensamento revolucionário

AUTHOR

LUÍS CRESPO DE ANDRADE

FCSH-UNL e CHC

Professor na FCSH, UNL. Investigador do Seminário Livre de História das Ideias e do Centro de História da Cultura. Autor, entre outros estudos, de *Planetário utópico e cultura integral. Aspectos do discurso utópico português contemporâneo* (1996) e de *Fundamentos da esperança política. A alegria comunista* (2006).